



À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

ANA PERUGINI, ANDRÉA WERNER, BETH SAHÃO, CARLOS GIANNAZI, DONATO, EDIANE MARIA, EDUARDO SUPPLY, EMÍDIO DE SOUZA, ENIO TATTO, GUILHERME CORTEZ, JORGE DO CARMO, LECI BRANDÃO, LUIZ CLAUDIO MARCOLINO, LUIZ FERNANDO T. FERREIRA, MÁRCIA LIA, MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA, MARINA HELOU, MAURICI, MONICA CRISTINA SEIXAS BONFIM, PAULA NUNES DOS SANTOS, PAULO BATISTA DOS REIS, PAULO ROBERTO FIORILO, RÔMULO FERNANDES, SIMÃO PEDRO, TEONILIO BARBA e THAINARA FARIA, todos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com fundamento na Lei nº 1079 de 1950, em seu art. 75 c.c parágrafo único do art. 79, apresentam a presente

DENÚNCIA COM PEDIDO DE IMPEACHMENT

em face do Sr. **GUILHERME MURARO DERRITE**, brasileiro, secretário de segurança pública de São Paulo, inscrito no CPF sob o n.º 312.006.068-25, com endereço profissional em Rua Libero Badaró, 39, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01009-000.



I- DAS PRELIMINARES

a. Da competência

Inicialmente, importa registrar que a competência desta Assembleia Legislativa para receber a denúncia, instaurar processo político-jurídico e julgar o pedido de impeachment contra secretário de Estado se dá em razão da observância do princípio da simetria com a Constituição Federal.

Nesse sentido, de acordo com o artigo 52 da Constituição da República, em âmbito Federal cabe ao Senado Federal o processamento de denúncias por crimes de responsabilidade contra o Presidente, o Vice-Presidente da República, bem como contra os Ministros de Estado.

Portanto, na esfera estadual, a competência para o processamento e julgamento do feito contra o Governador do Estado, Vice-Governador e Secretários de Estado é da respectiva Assembleia Legislativa, visto que o supracitado princípio aqui utilizado estabelece a obrigatoriedade de os entes federados internos (estados e municípios) reproduzirem os procedimentos estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil na elaboração de sua Constituição Estadual ou Lei Orgânica.

Assim, o inciso XXV do artigo 20 da Constituição Estadual do Estado de São Paulo, que estabelece a competência desta Casa Legislativa para receber denúncia e promover seu respectivo processamento em caso de crime de responsabilidade do Governador do Estado deve obrigatoriamente, por simetria, ser ampliado para abarcar os Secretários de Estado, cargo ocupado pela autoridade aqui denunciada.

Ademais, para definição da competência para o processamento da presente denúncia, devem ser observadas as disposições contidas na Lei nº 1079 de 1950, em seu art. 75 c/c parágrafo único do art. 79.

Assim sendo, é de competência desta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo receber a presente denúncia contra o Secretário de Estado da Segurança Pública Guilherme Muraro Derrite e instaurar o respectivo processo político-jurídico para, ao final, julgá-lo por crimes de responsabilidade, com base nos critérios da Lei nº 1.079/1950, declarando assim seu impedimento, o que fica desde já requerido.



b. Da legitimidade

De acordo com o artigo 75 da Lei 1.079 de 1950 (aplicado ao presente caso por simetria e interpretação analógica), toda pessoa cidadã possui legitimidade para propositura de denúncia como a do caso em tela, desde que cumpridos os requisitos estipulados na normativa.

Assim, conforme comprovado com a documentação aqui anexada, os denunciantes encontram-se em pleno gozo de seus direitos políticos, além de estarem no exercício do cargo de deputado estadual; portanto, plenamente aptos para figurarem no polo ativo da denúncia.

No mesmo sentido, diante das alegações de fato e direito aqui trazidas, por ser o denunciado, Sr. Guilherme Muraro Derrite, o Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, resta preenchido o requisito para integrar o polo passivo da demanda.

c. Do cumprimento dos demais requisitos necessários

Demonstradas a competência e a legitimidade ativa e passiva, insta consignar que o interesse de agir está configurado, pois não há outra forma de buscar o enfrentamento do tema, senão a interposição da presente denúncia por crime de responsabilidade, uma vez que a moldura fática dos atos praticados pelo Secretário Guilherme Muraro Derrite, ora denunciado, estão regular e expressamente enquadrados nos crimes previstos no arts. 7º, item 5, 7 e 9º item 3, da Lei 1.079 de 1950.

Ainda, em cumprimento às exigências do art. 76 da supracitada Lei, a presente denúncia é assinada pelos denunciantes, com firma reconhecida, e está acompanhada das provas (links correlacionados) que baseiam o pedido e a verossimilhança das alegações formuladas.

Por derradeiro, afastada está a inadmissibilidade para preservação do princípio da separação dos poderes, pois o que está a se proteger, *in casu*, não são direitos afetos só a parte denunciante, mas preceitos fundamentais da Constituição da República e da Constituição Estadual, tais como a dignidade da pessoa humana, o direito social à segurança pública prestada de forma efetiva e não lesiva, e o direito à vida.



II - DOS FATOS

A gestão da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo sob a liderança de Guilherme Muraro Derrite acumula episódios de violência policial e tem ampliado o sentimento de insegurança na população paulistana.

Os constantes casos de abuso cometidos por agentes policiais, amplamente relatados e divulgados pela imprensa ao longo dos anos de 2023 e 2024, são frequentemente tratados pela Secretaria como ocorrências isoladas. No entanto, a repetição desses episódios revela um padrão que caracteriza a realidade da gestão atual: uma administração que, na prática, normaliza crises de insubordinação, omite-se frente ao aumento alarmante da violência policial e ignora o racismo perpetrado nos procedimentos policiais.

Os dados explicitam esse aumento na letalidade policial em São Paulo: entre janeiro e 17 de novembro deste ano, 673 pessoas foram mortas por policiais militares no estado, um aumento de 46% em relação às 460 mortes registradas ao longo dos 12 meses do ano anterior. Dessas 673 mortes, 577 foram cometidas por policiais em serviço e 96 por policiais de folga, uma média de duas pessoas mortas por dia¹!

A escalada de violência estatal é inegável. Além dos casos noticiados nessas últimas semanas, existem ainda episódios emblemáticos ao longo do período que reforçam essa realidade. Vejamos apenas alguns deles:

- 1) em 28 de julho de 2023, na Vila Baiana, Guarujá, Felipe Vieira Nunes, um vendedor ambulante de 30 anos, foi encontrado morto após sinais claros de tortura, incluindo queimaduras de cigarro e hematomas na cabeça. Segundo relatos, ele teria sido abordado por policiais na viela João Fernandes de Almeida²;

¹**G1.** SP acumula casos de violência policial recentes no ano; mortes pela PM no estado aumentaram 46%. G1 São Paulo, 04 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/12/04/sp-acumula-casos-de-violencia-policial-recentes-no-ano-mortes-pela-pm-no-estado-aumentaram-46percent.ghtml>. Acesso em: 04 dez. 2024;

² **FOLHA DE S. PAULO.** Moradores de Guarujá relatam medo da polícia e ficam presos em casa. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/moradores-de-guaruja-relatam-medo-da-policia-e-ficam-presos-em-casa.shtml>. Acesso em: 04 dez. 2024;



- 2) em 6 de fevereiro de 2024, José Marcos Nunes da Silva, catador de recicláveis de 45 anos, foi morto dentro do barraco onde morava, em São Vicente, durante uma operação da ROTA. Enquanto o boletim de ocorrência feito pelos policiais relatava a presença de uma mochila com substâncias parecidas com drogas e um caderno com anotações do tráfico, familiares afirmavam que José foi assassinado injustamente, sem qualquer envolvimento com crimes e testemunhas relatavam intimidação a moradores por parte dos policiais presentes³;
- 3) em 7 de fevereiro de 2024, Gabriel da Silva Batista de Sena, de apenas 14 anos, foi baleado por policiais rodoviários na Rodovia dos Imigrantes, em Cubatão, após ser abordado em circunstâncias controversas. O desfecho demonstrou, novamente, o despreparo e a falta de protocolos claros nas ações policiais⁴;
- 4) em 10 de fevereiro deste ano, Allan de Moraes Santos, de 36 anos, que estava dentro de um carro quando foi seguido e cercado por viaturas da Rota e, posteriormente, morto. Segundo o Ministério Público, essa ação envolveu a alteração da cena do crime para simular um confronto. A denúncia de manipulação reforça a crescente preocupação com a falta de transparência nas operações policiais⁵;
- 5) no mês de março de 2024, a morte de Edneia Fernandes Silva, mãe de seis filhos, novamente evidencia a brutalidade da repressão policial normalizada pela Secretaria de Segurança Pública. Edneia foi uma das vítimas fatais em um contexto de intensificação das operações

³ **G1.** Homem morto pela Rota no litoral de SP era catador de recicláveis e implorou pela própria vida, diz família. G1 Santos e Região, 06 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/02/06/homem-morto-pela-rotas-no-litoral-de-sp-era-catador-de-reciclaveis-e-implorou-pela-propria-vida-diz-familia.ghtml>. Acesso em: 04 dez. 2024;

⁴ **G1.** Sobe para 20 o número de suspeitos mortos em confrontos com a PM durante operação policial no litoral de SP. G1 Santos e Região, 12 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/02/12/sobe-para-20-o-numero-de-suspeitos-mortos-em-confrontos-com-a-pm-durante-operacao-policial-no-litoral-de-sp.ghtml>. Acesso em: 04 dez. 2024;

⁵ **FOLHA DE S. PAULO.** PMs da Rota viram réus por suspeita de simular confronto durante operação Verão. Folha de S.Paulo, São Paulo, 10 fev. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/11/pms-da-rotas-veiram-reus-por-suspeita-de-simular-confronto-durante-operacao-verao.shtml>. Acesso em: 04 dez. 2024;



policiais, marcadas por denúncias de abuso de força e intimidação contra moradores da região, como narrado também nos demais casos. A morte ocorreu no auge de uma onda de violência que se agravou após declarações do governador Tarcísio de Freitas, que desdenhou das denúncias levadas ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, minimizando a gravidade da situação⁶;

- 6) em 02 de abril de 2024, foi amplamente divulgado um caso de agressão policial em Piracicaba, SP. No dia 01 de abril, durante uma abordagem no bairro Cantagalo, policiais agrediram um jovem com um cassetete enquanto ele estava sentado na calçada. Quando o jovem entrou em sua residência, os policiais continuaram as agressões dentro da casa. O pai do jovem, pessoa idosa com deficiência, tentou intervir, sendo chutado por um policial e empurrado contra um armário. Além disso, uma mulher que filmava foi empurrada, e móveis da residência foram danificados pelos agentes⁷;
- 7) ainda no mês de abril, uma mulher foi agredida por um policial militar na estação da Luz, em São Paulo, após o agente afirmar que ela "iria apanhar como um homem". Lésbica e vestindo uma bermuda com as cores da bandeira LGBTQIAP+, a vítima foi abordada enquanto aguardava o trem, sentada na plataforma. O PM a puxou pelo colarinho, deu tapas no rosto e na cabeça, além de um pontapé na costela, conforme relato de testemunhas registrado em boletim de ocorrência. A vítima também foi alvo de insultos homofóbicos. A agressão foi filmada, e o vídeo viralizou nas redes sociais⁸;

⁶ **FOLHA DE S. PAULO.** Mortes da PM na Baixada Santista recomeçaram após "tô nem aí" de Tarcísio. Folha de S.Paulo, São Paulo, 03 abr. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/04/mortes-da-pm-na-baixada-santista-recomecaram-apos-to-nem-ai-de-tarcisio.shtml>. Acesso em: 04 dez. 2024;

⁷ **G1.** Vídeos mostram agressão de policiais a cadeirante durante abordagem a jovem em Piracicaba. G1, 2 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2024/04/02/videos-mostram-agressao-de-policiais-a-cadeirante-durante-abordagem-a-jovem-em-piracicaba.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2024;

⁸ **G1.** Mulher lésbica agredida no metrô diz que PM falou que ela iria apanhar como um homem. G1, 8 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/04/08/mulher-lesbica-agredida-no-metro-diz-que-pm-falou-que-ela-iria-apanhar-como-um-homem.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2024;



- 8) em 3 de novembro de 2024, Gabriel Renan da Silva Soares, de 26 anos, foi executado a tiros pelo policial militar Vinicius de Lima Britto em frente a um mercado no bairro Jardim Prudência, na Zona Sul de São Paulo. Gabriel havia sido acusado de furtar quatro pacotes de sabão, demonstrando, assim, a incompatibilidade da ação policial frente ao caso⁹;
- 9) na madrugada do dia 20 de novembro de 2024, Marco Aurélio Cardenas Acosta, estudante de medicina da faculdade Anhembi Morumbi, foi morto por um policial militar. Apesar da narrativa dos policiais de que o estudante estava alterado, agressivo e tentou puxar a arma do policial, as imagens da câmera de segurança não condizem com o relatado: a vítima não tentou alcançar o revólver do agente¹⁰;
- 10) ainda em novembro de 2024, na Rua Humberto Ladalardo, no bairro Savoy, na cidade de Itanhaém, no litoral do Estado de São Paulo, um sargento aposentado da Polícia Militar foi filmado atirando na direção de crianças, após elas avisarem para ele "ligar a seta do carro". As crianças correram imediatamente, todavia o policial tentou atirar duas vezes contra elas, mas os disparos "picotaram" na arma. Ele teve sucesso apenas na terceira tentativa, e logo após entrou no carro e fugiu do local¹¹;
- 11) em 02 de dezembro de 2024, um policial militar arremessou um entregador em um córrego do alto de uma ponte na Cidade Ademar, Zona Sul da cidade de São Paulo¹². Inicialmente, por meio das

⁹ **G1**. PM executa pelas costas jovem negro em frente a mercado em SP. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/12/02/video-pm-executou-pelas-costas-jovem-negro-e-m-frente-a-mercado-em-sp.ghtml>. Acesso em 04/12/2024;

¹⁰ **CNN**. O que se sabe sobre o caso do estudante de medicina morto pela pm de São Paulo. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-se-sabe-sobre-caso-de-estudante-de-medicina-morto-pela-pm-de-sao-paulo/>. Acesso em 05 de dezembro de 2024

¹¹ **G1**. Sargento aposentado da PM atira contra crianças que o alertaram sobre a seta do carro. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/12/03/sargento-aposentado-da-pm-atira-contras-criancas-que-o-alertaram-sobre-a-seta-do-carro-video.ghtml>. Acesso em 04/12/2024;

¹² **Metrópoles**. Vídeo flagra PM jogando homem do alto de ponte na zona sul de SP. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/video-pm-joga-homem-alto-de-ponte-sp>. Acesso em 03/12/2024.



imagens, é possível identificar três agentes da Polícia Militar em uma ponte. Um deles levanta uma moto do chão e a encosta na mureta. Na sequência, um quarto policial aparece segurando um rapaz pelas costas e o arremessa do alto da ponte¹³;

- 12) por fim, vale citar o caso mais recente, ocorrido em dezembro de 2024, quando policiais militares agrediram brutalmente uma mulher de 63 anos, Lenilda Messias Santos Lima, e aplicaram um golpe de mata-leão em seu filho, Juarez Higino Lima Junior, durante uma abordagem na garagem da família, em Barueri, na Grande São Paulo. Vídeos registrados por testemunhas mostram a idosa ensanguentada, sendo puxada e chutada por um policial, enquanto outros agentes entraram na residência sem permissão, agredindo os moradores. A conduta dos policiais, amplamente condenada¹⁴.

Não obstante, é imperioso destacar - como as próprias notícias *supra* revelam - que a escalada da violência policial no Estado de São Paulo, tem a população negra como principal alvo, visto que, conforme revelado pelo portal Alma Preta¹⁵, a morte de pessoas negras subiu 83% nos últimos 8 meses sob o comando do Denunciado, tornando ainda mais graves suas condutas a frente da Secretaria de Segurança Pública:

“A taxa de pessoas negras mortas pelas polícias Civil e Militar de São Paulo aumentou 83% de janeiro a agosto deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, enquanto o número de brancos mortos também subiu, mas em menor proporção, com alta de 59%.

¹³ **CNN Brasil.** PM joga motociclista de ponte em SP: o que se sabe sobre o caso. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pm-joga-motociclista-de-ponte-em-sp-o-que-se-sabe-sobre-o-caso/>. Acesso em 03/12/2024.

¹⁴ **G1.** PM agride idosa e dá mata-leão em homem durante abordagem em Barueri: 'Verdadeira cena de terror', diz vítima. São Paulo, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/12/05/pm-agride-idosa-e-da-mata-leao-em-homem-durante-abordagem-em-barueri-verdadeira-cena-de-terror-diz-vitima.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2024;

¹⁵ **ALMA PRETA,** <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/mortes-de-negros-pela-policia-de-sao-paulo-sobem-83-em-8-meses-revela-levantamento/>



Os dados fazem parte de um levantamento do Instituto Sou da Paz, com base em números oficiais da Secretaria de Segurança Pública do estado, sob a gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos), divulgado pela *Folha de São Paulo*.

No período analisado, 441 pessoas foram mortas por policiais em serviço, um aumento de 78% em relação às 247 mortes registradas no mesmo período do ano passado. Deste total, 283 eram negras (pretas e pardas) e 138 eram brancas. Vinte vítimas não tiveram raça ou cor especificadas nos documentos policiais. No ano anterior, foram 154 negros e 87 brancos mortos. Assim, 64% das vítimas deste ano eram negras, enquanto os brancos representavam 31% do total.”

Apesar da frequência e da gravidade dos casos, o costumeiro encaminhamento do Secretário aqui denunciado é de afastar os policiais envolvidos das ruas por curtíssimo espaço de tempo para avaliação superficial de seus superiores, retornando ao trabalho quase automaticamente. Essa conduta reforça a sensação de impunidade dentro da Polícia Militar de São Paulo, conforme relatado por integrantes da própria corporação¹⁶.

Frente ao preocupante cenário, é nítido que a postura adotada pelo Secretário incentiva a ação desses agentes transgressores com falas que minimizam os ocorridos, perpetuando o panorama da violência policial na corporação.

Pois vejamos:

- a) o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Guilherme Muraro Derrite, afirmou em 02/08/2023 que denúncias de tortura e execuções durante a operação Escudo, da Polícia Militar, no Guarujá, no litoral paulista, não passavam de narrativas¹⁷;

¹⁶ **FOLHA DE S. PAULO**. Derrite criou sensação de impunidade na PM de SP, avaliam policiais. São Paulo, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/12/derrite-criou-sensacao-de-impunidade-na-pm-de-sp-avaliam-policiais.shtml>. Acesso em: 4 dez. 2024;

¹⁷ **METRÓPOLES**. Derrite minimiza denúncias de tortura em ação no Guarujá: "Necropsias não apontam violência". Disponível em:



- b) no segundo mês ocupando o cargo, Derrite cancelou a punição contra quinze agentes da Rota, a tropa de elite da PM, em razão do alto índice de mortalidade;
- c) em fevereiro passado, fez outro movimento no mesmo sentido: perdoou cerca de cinquenta policiais militares que estavam afastados do serviço de rua também devido à alta letalidade. Os anistiados trabalham em diferentes cidades paulistas. Derrite colocou todos de volta às ruas, atropelando o trabalho da Corregedoria em casos que remontavam a 2018¹⁸;
- d) frente a um caso no qual policiais mataram um assaltante na zona sul da capital paulista, em resposta à Ouvidoria da Polícia, que pediu o afastamento dos envolvidos nessa ocorrência, o secretário Guilherme Derrite classificou o episódio como "confronto", apesar de imagens evidenciarem os policiais atirando sem reação aparente do assaltante. Derrite declarou publicamente que **"ninguém será afastado no caso da abordagem da Rota que evitou um assalto no semáforo"** e afirmou que "a ação ocorreu dentro da lei, até que se prove o contrário"¹⁹;
- e) por fim, relata-se que o secretário menospreza a utilização das câmeras corporais por policiais militares do estado. Apesar do uso das câmeras serem responsáveis pela redução da letalidade policial, a postura adotada por Guilherme Muraro Derrite é a de que o uso delas inibe a atividade policial, prejudicando o funcionamento da corporação. Assim, corrobora-se o entendimento de que a gestão da segurança, no

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/derrite-minimiza-denuncias-de-tortura-em-acao-no-guaruja-ne-cropsias-nao-apontam-violencia>. Acesso em: 5 dez. 2024;

¹⁸PIAUI. Derrite anistiou policiais com alta letalidade. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/derrite-anistiou-policiais-com-alta-letalidade/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

¹⁹UOL. Derrite diz que não irá afastar policiais da Rota que mataram assaltante em SP. 13 fev. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/02/13/derrite-diz-que-nao-ira-afastar-policiais-s-rotas-que-mataram-assaltante-sp.htm>. Acesso em: 5 dez. 2024.



mínimo, negligência a gravidade do cenário brutal normalizado na ação policial²⁰.

Cabe destacar que o perfil do secretário também revela essa tendência à normalização e estímulo à violência e brutalidade, o que se reflete na forma de conduzir a Secretaria. Seu histórico é marcado por episódios controversos, como o envolvimento em uma operação realizada em 2012, que resultou em uma tragédia.

Na ocasião, policiais da Rota receberam informações sobre uma possível reunião do PCC em um estacionamento de uma casa noturna em São Paulo. Derrite pediu para comandar a operação, que acabou sendo um desastre. Seis pessoas morreram e três policiais foram presos, suspeitos de torturar e matar um homem que, escondido sob um caminhão, testemunhou os eventos. O episódio entrou para a crônica policial como um exemplo de fracasso absoluto, tanto no aspecto militar quanto nos direitos humanos, e foi crucial para o afastamento de Derrite da Rota. Seus superiores o consideravam excessivamente letal²¹.

Em outro episódio, ao prestar uma entrevista em maio de 2021, entre sorrisos e brincadeiras, ele detalhou cinco operações em que teria sido responsável pelas mortes dos suspeitos, todas supostamente causadas por disparos de metralhadora. "Metralhadora sempre na rajada"²².

O relato, marcado pelo uso de uma linguagem desumana, reforça sua visão de que a violência extrema é solução legítima para a resolução de conflitos.

Logo, conclui-se que o aumento na incidência dos casos de violência de policial em São Paulo, combinados à retórica do secretário Guilherme Derrite e à postura adotada por ele em relação a esses casos de desvio de conduta na corporação, refletem a maneira com que a atual gestão da segurança estadual lida com as questões de indisciplina e brutalidade policial, sem sequer efetivar medidas

²⁰ **BRASILDEFATO.** *Na Alesp, Derrite critica o uso de câmera corporal e diz que ela 'inibiu a atividade policial'.* BDF, 2024. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/06/na-alesp-derrite-critica-o-uso-de-camera-corporal-e-diz-que-ela-inibiu-a-atividade-policial>. Acesso em: 5 dez. 2024.

²¹ **PIAUI.** *O rastro de sangue de Guilherme Derrite.* Piauí, 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-rastro-de-sangue-de-guilherme-derrite/#:~:text=O%20epis%C3%B3dio%20entrou%20para%20a%20convidado%20a%20deixar%20a%20Rota>. Acesso em: 5 dez. 2024.

²² **FOLHA DE S.PAULO.** *Chefe das polícias de SP foi retirado da Rota por excesso de mortes em serviço.* Folha de S.Paulo, 9 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/08/chefe-das-policias-de-sp-foi-retirado-da-rota-por-excesso-de-mortes-em-servico.shtml>. Acesso em: 5 dez. 2024.



contundentes para punir esses agentes transgressores, desincentivar o uso excessivo e arbitrário da força pelos agentes policiais e desenvolver uma política de segurança pública efetiva no estado.

III - DO DIREITO

Inicialmente, importa mencionar que a segurança pública é um direito social, motivo pelo qual deve ser garantido à toda população, conforme estipulado pelos artigos 6º e 144 da Carta Magna:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...].

Na mesma direção, estipula a Constituição deste Estado:

*Artigo 139 - A **Segurança Pública, dever do Estado**, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.*

*Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados.
(grifos nossos)*



Já a Lei nº 10.123 de 1968 (Lei Orgânica da Polícia) estabelece a Competência da Secretaria de Segurança Pública, conforme segue:

Artigo 1º - A Secretaria da Segurança Pública é responsável pela manutenção, em todo o Estado, da ordem pública e segurança interna, e exerce as suas atividades por intermédio dos órgãos policiais que a integram.

Ademais, o artigo 2º da Lei supracitada, em rol taxativo, apresenta os órgãos policiais subordinados hierárquica, administrativa e funcionalmente ao Secretário de Segurança Pública, senão vejamos:

Artigo 2º - São órgãos policiais, subordinados hierárquica, administrativa e funcionalmente ao Secretário da Segurança Pública:

I - Delegados de Polícia e demais carreiras policiais civis;

II - Força Pública; e

III - Guarda Civil.

Partindo de tais premissas, temos que a segurança pública deve ser promovida para garantir a integridade física e moral das pessoas cidadãos, da ordem pública e do patrimônio, e devem os agentes agir com respeito aos direitos e garantias fundamentais.

Neste giro, a Lei nº 1.079 de 1950, em seu art. 74, estabelece como crimes de responsabilidade do Secretário de Estado aqueles definidos no bojo da própria norma.

Em meio a estes crimes, encontra-se a tolerância a que autoridades a ele subordinadas pratiquem, sem sua repressão, ato abusivo de poder, bem como não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados quando praticarem delitos funcionais ou contrariarem a Constituição. Vejamos:

Art. 7º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:

(...)



5 - servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão sua;

(...)

7 - incitar militares à desobediência à lei ou infração à disciplina.

Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

(...)

3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição.

Neste sentido, levando em consideração a recorrência de atos transgressivos por parte de agentes policiais e, conseqüentemente, o aumento expressivo dos índices da letalidade policial no Estado²³, conforme amplamente demonstrado neste exordial, temos que o Secretário responsável pela pasta é omissos quanto aos dados e aos casos de flagrante ilegalidade por policiais.

Portanto, diante deste contexto, considerando que o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo é o superior hierárquico dos agentes e que até a presente data não promoveu medidas eficazes para combater crimes praticados por policiais, reduzir a letalidade policial no Estado, ou ainda, para responsabilizar suficientemente os agentes que cometeram transgressões, ainda que tenha conhecimento da enorme crise de segurança que vive o Estado, são latentes os crimes de responsabilidade perpetrados por ele, de modo que deve ser condenado à perda do cargo que ocupa com inabilitação para o exercício de qualquer função pública pelo período de 5 (cinco) anos, conforme determina o artigo 78, da Lei nº 1.079 de 1950, aplicado por analogia ao presente caso.

²³ 673 pessoas foram mortas por policiais militares até novembro de 2024, um aumento de representando aumento de 46% em comparação com o ano de 2023, cujos índices já indicavam o número expressivo de 460 mortes. Ainda, levantamento realizado pelo Ministério Público aponta para um crescimento total de 98% nas mortes por PMs no Estado de São Paulo desde que Guilherme Derrite assumiu a Secretaria de Segurança Pública no Estado.



Para além de todo alegado, o Secretário Guilherme Derrite agiu com desvio de finalidade ao priorizar medidas e discursos que não atendem ao interesse público. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) prevê como ato de improbidade o comportamento que atente contra os princípios da administração pública, como moralidade e eficiência (art. 11).

Ainda, importa dizer que o Brasil assumiu a obrigação de prevenir e punir atos que atentem contra a vida e a integridade das pessoas sob sua jurisdição, enquanto signatário do Pacto de San José da Costa Rica (Art. 4º e 5º). A omissão em investigar mortes por intervenção policial e a tolerância com tortura configuram violação clara do tratado.

O descaso com denúncias de tortura praticada por agentes públicos reflete violação direta ao art. 2º da Convenção contra a Tortura, que obriga os Estados a adotar todas as medidas necessárias para prevenir tais atos. Destacamos dois casos emblemáticos a seguir, de condenações em âmbito internacional e nacional, que reforçam a perspectiva que o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo desde que assumiu age com total descaso aos julgados e a legislação vigente. Vejamos:

a) Caso Favela Nova Brasília – Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Este caso é emblemático na discussão sobre letalidade policial no Brasil. Em 2017, a Corte IDH condenou o Brasil por violações cometidas em duas operações policiais na Favela Nova Brasília, no Rio de Janeiro, em 1994 e 1995. Durante essas ações, a polícia matou 26 pessoas e cometeu atos de tortura e violência sexual. A decisão foi um marco ao exigir do Estado brasileiro:

- Mecanismos eficazes de prevenção da letalidade policial: Corte recomendou a implementação de medidas estruturais para reduzir a violência policial, como o uso de tecnologias não letais e o aumento de treinamentos em direitos humanos para forças policiais.
- Investigação célere e independente: Foi apontada a falha do Estado em investigar adequadamente as mortes e abusos ocorridos durante as operações. A Corte determinou que o Brasil desenvolvesse protocolos que assegurassem a transparência e a imparcialidade das investigações sobre ações policiais.
- Responsabilidade do Estado por abusos de força e violações de direitos humanos: A Corte reconheceu que a omissão em prevenir abusos configura uma violação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.



Essa decisão cria um precedente para analisar casos de violência policial em outros estados, como São Paulo, e reforça a obrigação de implementar câmeras corporais, realizar auditorias das operações e responsabilizar policiais que atuem fora da legalidade.

b) ADPF 635 – “ADPF das Favelas” (STF, 2020)

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635 foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e tratou de medidas para conter a violência policial em operações realizadas no Rio de Janeiro. Embora tenha origem no Rio, seus efeitos e precedentes são aplicáveis a outros estados, como São Paulo. O STF decidiu que:

- Limitação às operações em comunidades vulneráveis: durante a pandemia de COVID-19, operações policiais deveriam ser realizadas apenas em situações excepcionais, reforçando a necessidade de planejamento e justificativa formal para intervenções armadas em áreas densamente habitadas.
- Transparência e monitoramento das ações policiais: O STF determinou a obrigatoriedade de documentar as operações e justificar cada morte ou ferimento causado. Isso inclui o uso de câmeras corporais como ferramenta essencial para garantir transparência e evitar abusos de poder.
- Respeito aos direitos fundamentais: O Tribunal destacou que as ações policiais devem priorizar a proteção à vida, à dignidade humana e aos direitos das populações vulneráveis, especialmente crianças e adolescentes. Essas diretrizes fortalecem a interpretação do artigo 5º da Constituição Federal, que garante o direito à segurança sem arbitrariedades.
- Compromisso com a redução da letalidade policial: A decisão reforçou a responsabilidade do poder público em criar políticas públicas de segurança baseadas na preservação da vida e na redução do uso da força letal.

Esses dois precedentes destacam a inércia e a responsabilidade do Estado de São Paulo sob a gestão do Secretário Guilherme Derrite, diante da: a) ausência de medidas eficazes de prevenção: Não houve avanços no uso obrigatório de câmeras corporais ou adoção de políticas para reduzir a letalidade policial; b) justificativa de abusos: Declarações do secretário, como a relativização da tortura, estão em contrariedade direta com a jurisprudência da Corte IDH e do STF e; c) inobservância dos direitos fundamentais: As práticas policiais promovidas ou



toleradas pela gestão atual mostram um desprezo pelas diretrizes constitucionais e internacionais.

Por fim, não menos importante que a fundamentação jurídica trazida anteriormente, as condutas ou as omissões de condutas do Secretário de Segurança Pública configuram prevaricação, prevista no artigo 319 do Código Penal Brasileiro, que ocorre quando um agente público, no exercício de suas funções, retarda ou deixa de praticar ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

No contexto da atuação do Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, é possível apontar indícios de prevaricação nas seguintes situações:

a) Falha deliberada na implementação de câmeras corporais

Apesar das evidências de que o uso de câmeras corporais em policiais militares reduz a letalidade e aumenta a transparência das operações, o secretário resistiu à ampliação do programa ou mesmo à implementação universal dessa tecnologia. Essa omissão, frente à obrigação moral e administrativa de proteger vidas e evitar abusos, pode ser interpretada como uma escolha que atende a interesses políticos ou ideológicos, em vez de priorizar o interesse público.

Derrite, como gestor público, tem o dever de implementar políticas que promovam segurança e os direitos humanos. A omissão em expandir o uso das câmeras pode ser vista como um ato deliberado, motivado pela normalização da violência policial, contrariando o dever legal e ético de garantir transparência e accountability.

b) Ausência de investigações adequadas sobre abusos policiais

Sob sua gestão, houve diversas denúncias de tortura, abuso de autoridade e execuções extrajudiciais por policiais militares. Em vez de tomar medidas para garantir investigações céleres e independentes, Derrite teria minimizado as denúncias e mantido um discurso que relativiza tais práticas. A inércia na instauração de sindicâncias ou sanções administrativas sugere uma conduta contrária à sua função de promover a justiça e coibir a impunidade.



A omissão em garantir investigações sobre mortes durante operações, como as ocorridas na "Operação Escudo" no Guarujá, vai contra os preceitos constitucionais (art. 5º, CF), podendo configurar prevaricação por atender interesses corporativos ou preservar sua imagem política junto a setores específicos.

c) Discurso de incentivo à violência e negligência na contenção de abusos

Derrite teria emitido declarações que normalizam ou até incentivam o uso excessivo da força por parte da polícia, contradizendo obrigações administrativas previstas em leis estaduais e federais. Isso reforça a sensação de impunidade entre os agentes de segurança, configurando um comportamento incompatível com sua função. Sua recusa em adotar medidas eficazes para evitar abusos pode ser vista como uma tentativa de satisfazer setores mais conservadores e militarizados da sociedade, ao custo da legalidade e dos direitos humanos. Tal conduta não apenas viola o dever de ofício, mas também compromete a imagem e a credibilidade da Secretaria de Segurança Pública, prejudicando a confiança da população no sistema de justiça.

A prevaricação, nesse contexto, não é apenas uma falha administrativa, mas uma violação grave da confiança pública e da legalidade. Ao negligenciar políticas que poderiam prevenir mortes e abusos, e ao relativizar práticas de tortura e violência policial, o Secretário prevarica ao retardar ou omitir ações obrigatórias em benefício de interesses políticos e ideológicos. Essa conduta reforça os argumentos para seu impeachment, dada sua incompatibilidade com os princípios de moralidade e eficiência previstos na Constituição Federal e Estadual.

Por fim, para julgamento do feito, há de se observar o regramento contido no artigo 78 da Lei mencionada, principalmente no que concerne a instituição de tribunal misto sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

IV - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer que:



- a) seja recebida e processada a presente denúncia, consoante o procedimento estabelecido pela **Lei 1.079, de 10 de abril de 1950**, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, para que ao final seja o Secretário Estadual da Segurança Pública, Guilherme Muraro Derrite, condenado pelos crimes de responsabilidade de: i) atentar contra o livre exercício do direito social à segurança pública (**art. 4º, III c/c art. 7º, 5 e 7**) e ii) contra a probidade na administração (**art. 4º, V c/c art. 9º, 3**), com a consequente perda do cargo que ocupa com inabilitação para o exercício de qualquer função pública pelo período de 5 (cinco) anos;
- b) seja a autoridade denunciada intimada para apresentar defesa, se assim o desejar.

São Paulo, 04 de dezembro de 2024.

**ANA PERUGINI
ANDRÉA WERNER
BETH SAHÃO
CARLOS GIANNAZI
DONATO
EDIANE MARIA
EDUARDO SUPLYCY
EMÍDIO DE SOUZA
ENIO TATTO
GUILHERME CORTEZ
JORGE DO CARMO
LECI BRANDÃO
LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
MÁRCIA LIA
MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA
MARINA HELOU
MAURICI
MONICA CRISTINA SEIXAS BONFIM
PAULA NUNES DOS SANTOS
PAULO BATISTA DOS REIS
PAULO ROBERTO FIORILO
RÔMULO FERNANDES
SIMÃO PEDRO
TEONILIO BARBA
THAINARA FARIA**

**Deputados Estaduais
Denunciantes**